



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

RELATÓRIO
DA
DISCUSSÃO E VOTAÇÃO INDICIÁRIA NA ESPECIALIDADE
DA
PROPOSTA DE LEI N.º 269/XII/4.ª (GOV)

“APROVA A LEI DAS INFRAESTRUTURAS MILITARES”

1. A Proposta de Lei em epígrafe, da iniciativa do Governo, baixou à Comissão de Defesa Nacional em 22 de janeiro de 2015, após aprovação na generalidade.
2. Em 4 de fevereiro de 2015 a Comissão procedeu às audições do Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco; em 10 de fevereiro de 2015 às audições do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, General Pina Monteiro, e do Chefe de Estado-Maior da Armada, Almirante Macieira Fragoso; em 11 de fevereiro de 2015 à audição do Chefe de Estado-Maior do Exército, General Carlos Jerónimo; e no dia 18 de fevereiro de 2015 à audição do Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, General Araújo Pinheiro.
3. Em 10 de março de 2015, o Grupo Parlamentar do PS apresentou uma proposta de aditamento ao artigo 8.º e uma proposta de alteração do artigo 15.º.
4. Na reunião de 17 de março de 2015, na qual não esteve presente o Grupo Parlamentar do BE, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei e das propostas de alteração e de aditamento, tendo intervindo na discussão os Senhores Deputados Miranda Calha e José Lello (PS), João Rebelo (CDS-PP) e Mónica Ferro (PSD).
5. Da discussão e votação realizadas resultou o seguinte:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Defesa Nacional

Artigo 1.º

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

N.º 1

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

N.º 2

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e o voto contra do PCP.

Artigo 2.º

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 3.º

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP.

Artigo 4.º

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

N.º 1

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

N.º 2

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e o voto contra do PCP.



Comissão de Defesa Nacional

Artigo 5.º

Na redação da PPL 269/XII/4.º

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 6.º

Na redação da PPL 269/XII/4.º

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 7.º

Na redação da PPL 269/XII/4.º

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 8.º

N.ºs 1, 2, 3 e 4

Na redação da PPL 269/XII/4.º

Aprovados com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

N.º 5

Proposta de aditamento apresentada pelo PS

O Senhor Deputado Miranda Calha (PS) fundamentou a proposta com base na necessidade de prevenir a ocorrência de mais-valias injustificadas em vendas de bens do Estado.

A proposta de aditamento foi submetida a votação com a seguinte redação proposta oralmente na reunião: *“Sem prejuízo do disposto no n.º 2, as operações de rentabilização dos imóveis devem observar os princípios e disposições previstos em cada Orçamento de Estado em*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

matéria de redefinição do uso dos solos, bem como as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente quanto à avaliação dos imóveis.”

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 9.º

Na redação da PPL 269/XII/4.º

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 10.º

Na redação da PPL 269/XII/4.º

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e o voto contra do PCP.

Artigo 11.º

Na redação da PPL 269/XII/4.º

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e o voto contra do PCP.

Artigo 12.º

Na redação da PPL 269/XII/4.º

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 13.º

Na redação da PPL 269/XII/4.º

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

Artigo 14.º

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 15.º

N.º 1

Corpo

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Alínea a)

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovada com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Alínea b)

Na redação da proposta de alteração do PS

Rejeitada com os votos contra do PSD e do CDS/PP e a favor do PS e do PCP

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovada com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e contra do PCP.

Alínea c)

Eliminação proposta pelo PS



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

Rejeitada com os votos contra do PSD e do CDS/PP e a favor do PS e do PCP

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovada com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e contra do PCP.

N.ºs 2 e 3

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovados com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 16.º

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e do PCP.

Artigo 17.º

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 18.º

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e o voto contra do PCP.

Artigo 19.º

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e o voto contra do PCP.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Defesa Nacional

Artigo 20.º

Na redação da PPL 269/XII/4.º

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 21.º

Na redação da PPL 269/XII/4.º

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 22.º

Na redação da PPL 269/XII/4.º

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e do PCP.

Artigo 23.º

Na redação da PPL 269/XII/4.º

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e do PCP.

Artigo 24.º

Na redação da PPL 269/XII/4.º

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 25.º

Na redação da PPL 269/XII/4.º



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 26.º

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 27.º

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e contra do PCP.

Artigo 28.º

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Artigo 29.º

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Anexo

Na redação da PPL 269/XII/4.ª

Aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

A Constituição da República Portuguesa inclui na reserva absoluta de competência legislativa da Assembleia da República a *“organização da defesa nacional, definição dos deveres dela decorrentes e bases gerais da organização, do funcionamento, do reequipamento e da disciplina das Forças Armadas”* (alínea d) do artigo 164.º).

As leis que versem sobre estas matérias são obrigatoriamente votadas na especialidade em plenário (n.º 4 do artigo 168.º) e revestem a forma de lei orgânica, carecendo de aprovação, em votação final global, pela maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções (n.º 2 do artigo 166.º e n.º 5 do artigo 168.º da Constituição).

Palácio de São Bento, em 17 de março de 2015.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(José de Matos Correia)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

TEXTO FINAL INDICIÁRIO
DA
PROPOSTA DE LEI N.º 269/XII/4.ª (GOV)

“APROVA A LEI DAS INFRAESTRUTURAS MILITARES”

CAPÍTULO I

Programação e execução

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

- 1 - A presente lei estabelece a programação do investimento com vista à conservação, manutenção, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do sistema de forças e estabelece as disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos à defesa nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos da rentabilização nas medidas e projetos nela previstos.
- 2 - Os imóveis a rentabilizar no âmbito da presente lei constam de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.

SECÇÃO II

Execução e acompanhamento

Artigo 2.º

Competências para a execução

- 1 - Compete ao Governo, sob direção e supervisão do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, promover a execução da presente lei, sem prejuízo da competência da Assembleia da República.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

- 2 - A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional é a entidade que, no âmbito da presente lei, centraliza a documentação e assume no Ministério da Defesa Nacional a condução dos procedimentos com vista à regularização de património afeto aos ramos das Forças Armadas, para o que é o interlocutor único da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, recebendo desta as credenciais para regularização patrimonial, e praticando os demais atos previstos e autorizados em portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças ao abrigo do regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.
- 3 - A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional articula com o Estado-Maior-General das Forças Armadas e com os ramos das Forças Armadas o planeamento dos investimentos prioritários na defesa nacional para edificação das suas capacidades militares.

Artigo 3.º

Acompanhamento pela Assembleia da República

O Governo submete à Assembleia da República, até ao fim do mês de março do ano seguinte àquele a que diga respeito, um relatório do qual conste a pormenorização das dotações respeitantes a cada medida, dos contratos efetuados no ano anterior e das responsabilidades futuras deles resultantes, do grau de execução das medidas, bem como toda a informação necessária ao controlo da execução da presente lei.

Artigo 4.º

Mapas das medidas

- 1 - As medidas e respetivas dotações globais relativas a projetos de infraestruturas são as que constam do anexo à presente lei e da qual faz parte integrante.
- 2 - É da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional a criação de novas medidas que não alterem o valor global do anexo à presente lei ou que sejam financiados através de receita adicional à ali prevista, bem como o cancelamento das existentes.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

SECÇÃO III

Gestão dos imóveis afetos à defesa nacional

Artigo 5.º

Modalidades de rentabilização

A rentabilização dos imóveis afetos à defesa nacional, abrangidos pela presente lei, faz-se, sem prejuízo de quaisquer outros instrumentos jurídicos adequados aos fins a prosseguir, mediante as seguintes formas:

- a) Alienação;
- b) Arrendamento;
- c) Constituição de direitos reais menores;
- d) Concessão de uso privativo do domínio público;
- e) Permuta;
- f) Parcerias com promotores imobiliários;
- g) Titularização dos ativos imobiliários através da constituição de fundos de investimento imobiliário;
- h) Operações de venda com possibilidade de manutenção da utilização onerosa dos bens.

Artigo 6.º

Regime de gestão

Os imóveis integrados no despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º são submetidos, com respeito, em especial, pelo disposto na presente lei, ao regime de gestão previsto no regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.

Artigo 7.º

Desafetação do domínio público



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

- 1 - Quando os bens imóveis constantes do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º estejam integrados no domínio público militar, compete aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, mediante despacho, proceder à sua desafetação.
- 2 - As infraestruturas desafetadas do domínio público militar passam a integrar o domínio privado do Estado, sendo a sua gestão efetuada nos termos previstos na presente lei e no regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, permanecendo afetos ao Ministério da Defesa Nacional até à sua rentabilização.
- 3 - Quando os bens imóveis do domínio público militar estejam sujeitos a outros regimes de dominialidade, a competência prevista no n.º 1 é extensível aos membros do Governo responsáveis pelas áreas respetivas.

Artigo 8.º

Operações de rentabilização

- 1 - As operações de rentabilização dos imóveis contribuem para o financiamento da satisfação das necessidades decorrentes das medidas que constam do anexo à presente lei.
- 2 - A instrução dos processos relativos às operações de rentabilização dos imóveis é efetuada nos termos da lei e segundo as atribuições e competências legalmente definidas.
- 3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a decisão sobre operações concretas e modelos de rentabilização é sempre objeto de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.
- 4 - Os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional podem celebrar os acordos que entendam necessários à boa execução da presente lei.
- 5 - Sem prejuízo do disposto no n.º 2, as operações de rentabilização dos imóveis devem observar os princípios e disposições previstos em cada Orçamento de Estado em



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

matéria de redefinição do uso dos solos, bem como as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente quanto à avaliação dos imóveis

Artigo 9.º

Critérios de gestão das infraestruturas

- 1 - Os atos de administração ou de disposição dos bens devem ser praticados de modo a maximizar o aproveitamento das vantagens a realizar.
- 2 - Para efeitos da prática dos atos referidos no número anterior, as infraestruturas previstas no despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º são preferencialmente organizadas em lotes.
- 3 - Os lotes referidos no número anterior podem ser compostos de acordo com critérios geográficos, de tipo ou utilidade dos bens, ou outros que se revelem adequados, mas sempre sem prejuízo do equilíbrio e da maximização das receitas a obter por lote.

Artigo 10.º

Concessão do domínio público afeto à defesa nacional

- 1 - A concessão de bens do domínio público afetos à defesa nacional, constantes do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º é precedida de procedimento que respeite os princípios fundamentais da contratação administrativa, garanta o respeito da concorrência e maximize as vantagens para o Estado.
- 2 - Do ato ou contrato de concessão, consta obrigatoriamente o prazo da concessão, o preço contratual, as condições técnicas e jurídicas da execução da concessão, o regime sancionatório, incluindo os pressupostos do resgate e do sequestro da concessão, a salvaguarda da utilização do prédio e os termos da autorização prévia para a transmissão do direito de utilização.

Artigo 11.º

Concessão do espaço aéreo e subsolo

- 1 - Podem ser objeto de concessão, nos termos previstos no artigo anterior, o espaço aéreo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

e o subsolo correspondentes aos bens de domínio público militar, tendo em atenção a altura e ou profundidade que não ponham em causa a afetação militar daqueles e a segurança de pessoas e bens.

- 2 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a concessão prevista no presente artigo depende de aprovação prévia do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior.

Artigo 12.º

Atos de disposição e de administração extraordinária

Todos os atos de disposição e de administração extraordinária de infraestruturas, ao abrigo do disposto nos artigos 10.º e 11.º, carecem de autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.

Artigo 13.º

Isenção de emolumentos

Os contratos de execução celebrados ao abrigo da presente lei estão isentos de emolumentos devidos pelo visto do Tribunal de Contas.

Artigo 14.º

Custos das medidas

O custo das medidas evidenciadas no anexo à presente lei é expresso a preços constantes, por referência ao ano da presente lei.

SECÇÃO IV

Disposições orçamentais

Artigo 15.º

Princípios orçamentais

- 1 - As receitas geradas, direta ou indiretamente, pela rentabilização de infraestruturas abrangidas pela presente lei revertem:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

- a) 90% para execução da presente lei;
 - b) 5% para a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional;
 - c) 5% para a Direção-Geral do Tesouro e Finanças.
- 2 - Os saldos verificados em cada medida, no fim de cada ano económico, transitam para o orçamento do ano seguinte para reforço das dotações das mesmas capacidades que lhe deram origem, até à sua completa execução, através da abertura de créditos especiais autorizadas pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.
- 3 - Compete ao membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, por despacho, determinar a repartição das receitas afetas à execução da presente lei pelas medidas a que se refere o artigo 4.º.

Artigo 16.º

Relação com o Orçamento do Estado

A lei que aprova o Orçamento do Estado prevê a estimativa da receita a realizar e as correspondentes despesas previstas na presente lei.

Artigo 17.º

Financiamento

- 1 - As despesas decorrentes da execução da presente lei são financiadas pelo conjunto das receitas geradas, direta ou indiretamente, com a rentabilização de património, nos termos nela previstos, sem prejuízo do recurso a outras fontes de financiamento nacionais, europeias ou decorrentes da participação de Portugal em organizações internacionais.
- 2 - O encargo anual relativo a cada uma das medidas pode ser excedido, mediante aprovação do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, desde que não inviabilize a execução de outras medidas.
- 3 - Mediante a realização de receitas extraordinárias, pode ser excedido o total dos encargos orçamentais anuais inicialmente previstos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

Artigo 18.º

Alterações orçamentais

São da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional:

- a) As alterações orçamentais entre capítulos;
- b) As transferências de dotações entre as diversas medidas e projetos;
- c) As transferências de dotações provenientes de medidas existentes, para novas medidas.

Artigo 19.º

Compromissos plurianuais

O Ministério da Defesa Nacional pode assumir, nos termos legalmente previstos, compromissos dos quais resultem encargos plurianuais, no âmbito de cada uma das medidas previstas no anexo à presente lei.

CAPÍTULO II

Vigência e revisão

Artigo 20.º

Período de vigência

A presente lei vigora por um período de dois quadriénios, sem prejuízo dos compromissos assumidos pelo Estado que excedam aquele período.

Artigo 21.º

Revisões

A revisão da presente lei deve ocorrer no ano de 2018, produzindo os seus efeitos em 2019, em articulação com o Ciclo de Planeamento de Defesa Militar.

Artigo 22.º

Preparação e apresentação da proposta de lei de revisão

1 - As medidas a considerar nas revisões da presente lei contêm a calendarização da



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

respetiva execução, bem como a descrição e justificação adequadas.

- 2 - Em cada medida podem ser inscritas verbas para despesas inerentes à manutenção e beneficiação das infraestruturas.
- 3 - Na apresentação dos projetos ou das atividades são indicadas as previsões de acréscimo ou diminuição das dotações anuais de funcionamento normal, decorrentes da execução das medidas e com efeitos nos respetivos orçamentos.
- 4 - O Governo apresenta à Assembleia da República, juntamente com a proposta de lei de revisão, o plano de financiamento das medidas.

Artigo 23.º

Competências no procedimento de revisão

- 1 - Compete ao Governo, através do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, em articulação com o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e com os chefes de Estado-Maior dos ramos, orientar a elaboração da proposta de lei de revisão da presente lei.
- 2 - Compete ao Conselho Superior Militar, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior, elaborar o projeto de proposta de lei de revisão da presente lei.
- 3 - Compete ao Governo, em Conselho de Ministros, ouvido o Conselho Superior de Defesa Nacional, aprovar a proposta de lei de revisão da presente lei.
- 4 - Compete à Assembleia da República aprovar a proposta de lei de revisão da presente lei.

CAPÍTULO III

Disposições transitórias e finais

Artigo 24.º

Registo predial

- 1 - Ficam isentos do pagamento de emolumentos devidos pelo registo predial os imóveis constantes do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º.
- 2 - Constitui documento bastante de prova da titularidade do Estado, para efeitos de registo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

de inscrição predial, o despacho a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º.

Artigo 25.º

Regime subsidiário

Ao disposto na presente lei, aplicam-se subsidiariamente, salvo disposição em contrário:

- a) Em matéria orçamental, as regras orçamentais dos programas plurianuais;
- b) Em matéria de gestão de infraestruturas:
 - i) O Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto;
 - ii) O Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de junho;
 - iii) O Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.

Artigo 26.º

Norma transitória

- 1 - Os saldos apurados na execução da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, transitam para o orçamento de 2015 para reforço das dotações das mesmas capacidades no âmbito da presente lei, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.
- 2 - O anexo ao Decreto-Lei n.º 219/2008, de 12 de novembro, mantém-se em vigor até à publicação do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º.

Artigo 27.º

Norma final

O disposto na presente lei não prejudica a execução de projetos de infraestruturas constantes da Lei de Programação Militar ou de outro qualquer programa de financiamento, designadamente daqueles cujo financiamento em matéria de infraestruturas militares esteja relacionado com a participação de Portugal em organizações internacionais.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Defesa Nacional

Artigo 28.º

Norma revogatória

São revogados:

- a) A Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro;
- b) O Decreto-Lei n.º 219/2008, de 12 de novembro, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 26.º.

Artigo 29.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Palácio de São Bento, em 17 de março de 2015.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,


(José de Matos Correia)

ANEXO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

Medidas relativas a projetos de infraestruturas

Unidade: Euro

	Primeiro Quadrante 2015 a 2018					Total 1.ºQ	Segundo Quadrante 2019 a 2022				Total 2.ºQ	Total dos dois Quadrantes
	2015	2016	2017	2018	2019		2020	2021	2022			
										2019		
TOT Al. de Projetos de Infraestruturas	32.348.757	20.000.000	20.000.000	20.000.000	92.348.757	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000	80.000.000	172.348.757	
Capítulo/Medida												
Medida 01 - Componente fixa do MDN/EMGFA	5.819.535	1.813.000	2.473.000	1.596.884	11.702.419	1.163.623	898.147	2.157.500	2.826.768	7.046.038	18.748.457	
Medida 02 - Componente fixa da Marinha	3.830.580	7.092.000	6.807.500	5.854.750	23.584.830	7.293.500	4.924.000	6.156.000	5.541.086	23.915.986	47.500.816	
Medida 03 - Componente fixa do Exército	12.802.977	7.625.000	6.780.000	8.880.000	36.087.977	8.110.000	10.755.000	7.100.000	6.030.000	31.995.000	68.082.977	
Medida 04 - Componente fixa da Força Aérea	9.895.665	3.470.000	3.939.500	3.668.366	20.973.531	3.431.877	3.122.853	4.586.500	5.601.747	17.042.977	38.016.508	

Para efeitos da presente lei, entende-se por:

- a) «Capítulo», a entidade executante das medidas (serviços centrais de suporte do Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior General das Forças Armadas, Marinha, Exército e Força Aérea);
- b) «Medida», o projeto ou conjunto de projetos de infraestruturas necessários ao suprimento de lacunas da componente fixa do sistema de forças nacional, ou outras responsabilidades do Estado.

PROPOSTA DE LEI N.º 269/XII/4.ª

Procede à revisão da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, que aprova a Lei de Programação das Infraestruturas Militares.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Artigo 15.º

[...]

1 - [...]

a) [...]

***b)* 10% para a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional;**

***c)* Eliminado**

2 - [...]

3 - [...]

Palácio de S. Bento, 10 de março de 2015

Os Deputados

PROPOSTA DE LEI N.º 269/XII/4.ª

Procede à revisão da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, que aprova a Lei de Programação das Infraestruturas Militares.

PROPOSTA DE ADITAMENTO

Artigo 8.º

[...]

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - Sem prejuízo do disposto no n.º 2, as operações de rentabilização dos imóveis devem observar os princípios e disposições previstas na Portaria n.º 96/2015 de 16 de fevereiro bem como o disposto no Orçamento de Estado de cada um dos anos a que respeitem essas operações e que tem como título “Redefinição do Uso dos Solos”.

Palácio de S. Bento, 10 de março de 2015

Os Deputados



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Anexo à ata n.º 204/XII

Proposta de Lei n.º 269/XII/4.ª
(Lei de Programação das Infraestruturas Militares) e
Proposta de Lei n.º 270/XII/4.ª
(Lei de Programação Militar)

Votação indiciária na especialidade em comissão
Posições de voto do GP do BE

PPL 269/XII (LPIM)

Artigos 1º; 4º; 5º; 10º; 11º; 15º; 18º; 19º; 27º - Contra
Artigos 3º; 16º; 22º - A Favor
Restantes - Abstenção

Anexo: Abstenção.

PPL 270/XII (LPM)

Artigos 3º; 14º e 15º - A Favor
Artigos 8º; 9º e 17º - Contra
Restantes artigos - Abstenção

Anexos:

SERVIÇOS CENTRAIS – capacidades conjuntas - A Favor

MARINHA: Patrulha e fiscalização oceanográfica e hidrográfica - A Favor
Reservas de guerra - Contra
Restantes - Abstenção

EXERCITO: Forças ligeiras, médias e pesadas - Contra
Proteção e sobrevivência da força terrestre - Contra
Operações especiais - Contra
Defesa Imediata dos arquipélagos - A Favor
Restantes - Abstenção

FORÇA AÉRIA: Comando e controlo aéreo, vigilância..... A Favor
Restante: Contra

